

	REQUERIMENTO	Número	/XI (.ª)	Expeça-se
				Publique-se
x	PERGUNTA	Número	/XI (.ª)	/ /
				O Secretário da Mesa

Assunto: Encerramento da Ponte de Constância

Destinatário: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

No passado dia 21 de Julho o concelho de Constância assistiu ao encerramento da ponte rodo-ferroviária que liga este Município ao concelho de Vila Nova da Barquinha.

Sem quaisquer explicações mais profundas que não fosse a lacónica “questão de segurança”, continuam por ter resposta uma série de perguntas.

O fecho desta travessia prejudica não só o trânsito de cariz nacional que efectua trajectos para fins empresariais, mas acima de tudo aos 3700 habitantes do concelho, que vêm as suas rotinas diárias colocadas num transtorno inaceitável aos dias que correm.

Não são apenas todas as empresas que utilizam e que se localizam nesta área, que são atingidas por avultados prejuízos económicos na sua actividade. São também todos os cidadãos que passaram a ter insuportáveis custos de transporte e que se confrontam com o tempo dispendido nas travessias alternativas.

As alternativas são percursos de 25 quilómetros para as pontes da Chamusca e Abrantes, concelhos vizinhos, manifestamente inaceitável para percursos diários e rotinas normais que se querem numa população.

Os prejuízos não são só económicos. São também sociais.

Tanto mais grave neste encerramento, é o facto de ter já condicionado a actuação de forças prestadoras de serviços de emergência, como foi o caso no combate a incêndios que deflagraram naquela zona. O Conselho Municipal de Segurança do concelho reuniu também sobre esta temática, tendo alertado em parecer sobre as condições de emergência e socorro, que pela premência e gravidade se dão aqui por reproduzidas:

“o posto da GNR está localizado na margem norte do concelho;

os recursos fundamentais inerentes ao socorro e emergencia médica estão estacionados na sede de concelho;

os meios de combate a incendios mais eficazes estão concentrados na sede dos bombeiros voluntários de Constância;

Toda esta organização e planificação tiveram sempre em conta que, a sede de concelho e a freguesia de Santa Maria da Coutada se encontravam ligadas por travessia que permitiu, até ao pretérito dia 20 de Julho, que todos os meios de segurança e socorro, pudessem dar resposta em tempo útil, às necessidades das populações.”

Sucedo que a situação não aparenta ter sinais de melhorias. Pelo contrário. A véspera do início do ano escolar faz antever uma situação insustentável para os percursos diários de pais e alunos.

Perante isto, os deputados eleitos pelo PSD no distrito de Santarém, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vêm por este meio solicitar esclarecimentos ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, através das empresas tuteladas Estradas de Portugal, S.A. e REFER, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos apresentados, o seguinte:

1 – Que motivou o fecho desta estrutura ao trânsito rodo-ferroviário?

2 – Que foi feito em termos de manutenção ao longo dos últimos 2 anos, que levou a que esta estrutura tenha sido obrigada a ser fechada a esta altura? Como foi possível chegar a este estado de rotura sem que outras alternativas tenham sido ponderadas a tempo de poderem ser implementadas?

3 – Que inspecções foram feitas anteriormente e por que entidade?

4 – Que soluções têm sido equacionadas de modo a resolver com a máxima brevidade a acessibilidade rodoviária a Constância e de ligação das suas duas margens?

5 – Qual o investimento que é estimado para as soluções que têm sido estudadas?

6 – Qual o organismo que está a acompanhar directamente a situação? EP? REFER?

Quem tem a responsabilidade pela interligação de operações nesta estrutura? Que compromissos tinham já sido assumidos no passado para resolução deste problema por parte destas entidades?

7 – Quais as diligências que têm sido tomadas para minimizar os inconvenientes causados às populações locais? Está equacionada qualquer alternativa para solução imediata que permita dar resposta às pessoas e às empresas que utilizam esta infraestrutura? E em caso de urgências, emergências e socorro, como estão garantidos os acessos às entidades prestadoras de auxílio?

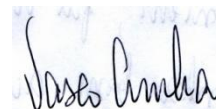
8 – Qual a calendarização do processo – quando pensam abrir a ponte ao trânsito?

Palácio de São Bento, 6 de Setembro de 2010.

Deputado(a)s:



(Carina João Oliveira)



(Vasco Cunha)